

EDITAL Nº 02 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 – SRP

O procedimento licitatório será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, subsidiariamente pelo Decreto Municipal nº 002/2024, pela Lei Complementar nº 123/2006, e pelas demais normas e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Objeto:	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFEÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE AUTAZES
Processo Administrativo:	2811/2025
Valor Total da Contratação:	Em consonância com o artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/21, para a contratação em tela será mantida a confidencialidade do orçamento estimado, assegurado acesso aos órgãos de controle. Para o objeto desta licitação, manter o sigilo sobre o orçamento estimado incentiva a apresentação de propostas mais vantajosas, em predileção aos princípios fundamentais da competitividade, eficiência e economicidade
Data de Início de Acolhimento das Propostas:	21/07/2025, às 15:00h (horário de Brasília)
Data Limite para Pedido de Esclarecimento/Impugnação:	31/07/2025, às 23:59h (horário de Brasília)
Data Final de Acolhimento das Propostas:	05/08/2025, às 09:29h (horário de Brasília)
Data de Abertura da Sessão e Início da Disputa	05/08/2025, às 09:30h (horário de Brasília)
Site para a Realização do Pregão Eletrônico	www.licitanet.com.br
Modo de Disputa:	ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$ 100,00 (Cem reais) sobre o valor unitário do item.
Critério de Julgamento:	Menor Preço por Lote
Observações Importantes:	O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados, no Portal da Transparência do Município de Autazes, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e www.licitanet.com.br . As solicitações de esclarecimento/impugnação deverão ser encaminhadas em campo próprio do sistema www.licitanet.com.br .

Aviso de Licitação e Edital divulgado:

Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas, Diário Oficial da União, ONJORNAL.COM, Portal Nacional de Contratações Públicas – PCNP e Portal da Transparência do Município de Autazes.



EDITAL Nº 02 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 – SRP

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE AUTAZES**, Estado do Amazonas, por intermédio da Prefeitura Municipal, situada na Rua Francisco Barroncas, 462, Santa Luzia, Autazes/AM, CEP: 69.240-000, inscrita no CNPJ sob o nº 04.477.642/0001-37, por meio da **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – CC**, realizará licitação pelo Sistema de Registro de Preços, na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, formado por 187 (cento e oitenta e sete) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

O presente certame será regido pela pelas normas contidas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, subsidiariamente pelo Decreto Municipal nº 002/2024, pela Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O(s) contrato(s) será(ão) regido(s) pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela plataforma **Licitanet**, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.licitanet.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído ao Prefeito Municipal e propor que adjudique o objeto e homologue a licitação.

O Edital estará disponível gratuitamente no Portal da Transparência do Município de Autazes, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e www.licitanet.com.br.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE AUTAZES**.

1.2. Havendo divergência entre as especificações descritas neste Edital e as lançadas no site LICITANET – Licitações Online, prevalecerão as do Edital.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as



exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto. A justificativa para realizar um pregão por menor lance por lote em vez de por item reside na busca por eficiência e economia na contratação de bens ou serviços, especialmente quando há uma relação de complementaridade ou sinergia entre eles. A formação de lotes permite otimizar a gestão, a fiscalização e a entrega dos itens, além de reduzir custos administrativos e de logística.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Portal LICITANET (<https://www.licitanet.com.br>).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2.** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3.** agente público do órgão ou entidade licitante
- 2.6.4.** sociedades cooperativas;
- 2.6.5.** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.6.** autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



2.6.7. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.8. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.9. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.10. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.11. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio; (A não admissão de consórcios no presente processo licitatório baseia-se no interesse público e na simplificação administrativa, considerando que o objeto licitado é plenamente executável por uma única empresa com capacidade técnica e financeira. Essa decisão visa garantir maior celeridade, evitar conflitos de gestão e pulverização de responsabilidades, além de reduzir riscos na execução do contrato. Ademais, a vedação está fundamentada na legislação vigente, sendo devidamente prevista no edital, assegurando igualdade de condições e eficiência ao certame).

2.6.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.5.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.5 e 2.5.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.5.5 e 2.5.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do Termo de Referência e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.5.3. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;



3.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4. ou 3.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico,



dos seguintes campos:

- 4.1.1.** O valor unitário e total ofertado para o item;
- 4.1.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5.** A proposta deverá ser preenchida diretamente na plataforma LICITANET, portanto, **NÃO DEVE CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.
- 4.6.** *Em caso de identificação da licitante na proposta preenchida diretamente no sistema LICITANET, esta será DESCLASSIFICADA pelo Pregoeiro.*
- 4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.10.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.11.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.12.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.



4.13. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.13.1. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

4.14. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (Cem reais) sobre o valor unitário do lote.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

5.12.4. Definida a melhor proposta a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **“aberto e fechado”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para



apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos



valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.23.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.23.2. empresas brasileiras;

5.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

5.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, após definido o resultado do julgamento, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante primeiro colocado, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.26. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.27. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.29. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas,



envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.29.1. Deverá ser apresentada Proposta de Preços, conforme ANEXO I deste Edital.

5.29.2. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

6.1.4. Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5. e 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em



seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1.** conter vícios insanáveis;
- 6.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, poderá ser indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, o que será avaliado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio em cada caso.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10.3. O pregoeiro poderá estabelecer prazo extra para correção de erros no preenchimento da planilha, adotando o mesmo prazo concedido nesta situação para todos os licitantes que disputem o certame e se enquadrem em situação similar, sempre observada a ordem de classificação.

6.11. Neste certame específico não será exigida amostra nem garantia de proposta.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação,



nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, sendo assim exigido:

7.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.2. No caso de Sociedade Unipessoal: ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seu administrador;

7.2.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.2.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.2.5. Os documentos de inscrição acima deverão ser apresentados junto com todas as alterações ou da consolidação respectiva e dos documentos pessoais (RG/CNH) do(s) administrador(es) da empresa licitante indicado(s) no ato constitutivo.

7.2.6. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que tenham declarado essa condição quando do cadastramento (subitem 3.6 de deste edital) deverão apresentar também, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado ou outro documento oficial que comprove o enquadramento na categoria jurídica informada.

7.2.6.1. A não apresentação desta certidão leva ao entendimento de que as empresas proponentes não tem interesse nos benefícios previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, ou não se enquadram nesta categoria jurídica.

7.2.6.2. A certidão simplificada ou outro documento comprobatório do enquadramento deverá ter sido emitido nos 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data prevista para a sessão do certame, com pena de não aceitabilidade.

7.3. A documentação relativa à **habilitação técnica** será restrita a:

7.3.1. Apresentar atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou ou está executando fornecimentos similares ao objeto licitado, em condições compatíveis de quantidade e prazos.

7.3.1.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo titular da pasta ou pelo responsável do setor competente do órgão. Para pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo representante legal, neste último caso, com reconhecimento de firma.

7.3.1.1.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à



comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.3.1.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.3.2. Declaração em papel timbrado da empresa de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação; (inciso VI do caput do Art. 67, da Lei Federal 14.133/21).

7.4. As **habilitações fiscal, social e trabalhista** serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

7.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.4.2. Prova de a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.4.3. Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF n. 443, de 17 de outubro de 2014;

7.4.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;

7.4.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

7.4.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS mediante a apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal (Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990);

7.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.5. A **habilitação econômico-financeira** visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

7.5.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

7.5.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido



judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.5.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; (art. 69, da Lei Federal 14.133/21)

7.5.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.5.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

7.5.6. O balanço patrimonial deve ser registrado na junta comercial para comprovação de autenticidade, sendo dispensado do registro na junta comercial no caso do balanço ser emitido pelo sistema público de escrituração digital (SPED) sendo suficiente o recibo de entrega emitido pelo Sped e comprovação dos índices econômicos.

7.5.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.5.8. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

7.5.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.5.10. As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de declaração, de relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de



abertura desta Pregão Eletrônico, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital. (§3º, art. 69, Lei Federal nº 14.133/21).

7.6. Deverá ser apresentada Declaração do Sicafe onde constam os Dados do Fornecedor, Ocorrências e Impedimentos, e Níveis cadastrados e a Declaração Consolidada (Anexo II do Edital).

7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio legalmente admitido.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. Conforme Lei nº 14.133/21 (art. 64), após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;



7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e

7.13.3. A critério do Pregoeiro desde que em cumprimento ao formalismo moderado, a maior vantajosidade para a Administração e à ampliação de competitividade, sempre respeitado a isonomia de disputa.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, no prazo de duas horas.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.18. Os documentos exigidos neste Edital e Termo de Referência, quando confeccionados pelos licitantes, somente serão aceitos e analisados se contiverem assinatura eletrônica, conforme disposto no inciso §4º, Art. 17, da Lei 14.133/2021.

7.19. Os documentos eletrônicos devem ser produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, pois serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

7.20. A assinatura eletrônica por pessoa física ou jurídica, mediante certificado digital, será verificada por meio de análise do Verificador de Conformidades do Governo Federal (<https://validar.iti.gov.br/>) com fins de confirmar as propriedades do documento assinado eletronicamente. As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico.

7.21. Serão desclassificados e/ou inabilitados os proponentes que apresentarem proposta ou documentação que contiverem assinaturas reprográficas ou de imagem, entendidas como aquelas que são reproduzidas eletronicamente (copiadas e coladas) de outros documentos e/ou com assinatura de próprio punho e digitalizados, assim como os que não tiverem sua autenticidade reconhecida pelo Verificador de Conformidades do Governo Federal (<https://validar.iti.gov.br/>).

7.22. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o(a) Pregoeiro(a) considerará o proponente inabilitado.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou



inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a **10 minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo ou por outros meios fora do Sistema não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados que deverá protocolar pedido expresso junto à Prefeitura de Autazes.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



9.3. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.4. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.

9.5. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.6. Os prazos dos itens 9.2 e 9.5 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.7. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.8. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de execução do objeto nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;

12.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.3. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.4. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.9. fraudar a licitação;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.12. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

12.1.13. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.14. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1, 12.1.2 e 12.1.6, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.13 e 12.1.14, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1, 12.1.2 e 12.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.13 e 12.1.14, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1, 12.1.2 e 12.1.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.6, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. As solicitações de esclarecimento/impugnação deverão ser encaminhadas em campo próprio do sistema www.licitanet.com.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão sempre que houver necessidade, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

14.5. A adjudicação e homologação do certame ficará à cargo da autoridade competente.

14.6. A adjudicação e homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.12. A Prefeitura Municipal de Autazes poderá revogar esta Pregão Eletrônico por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

14.12.1. A anulação da Pregão Eletrônico induz à do contrato;

14.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

14.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão Eletrônico, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e site www.licitanet.com.br.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.15.1. ANEXO I – Modelo da Proposta de Preços;

14.15.2. ANEXO II – Modelo da Declaração Consolidada;

14.15.3. ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;

14.15.4. ANEXO IV – Minuta do Termo de Contrato;

14.15.5. ANEXO V – Termo de Referência.

Autazes-AM, 18 de julho de 2025.

AFONSO CELSO JEREISSATI LINHARES FILHO

Agente de Contratação

Portaria nº 021/2025



ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2811/2025

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2025, ÀS ----H----MIN

OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PLATAFORMA PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME: www.licitanet.com.br

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	INSC. MUN.:
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:
CEP:	E-MAIL:
TELEFONE:	FAX:
CONTATO:	TELEFONE:
DADOS BANCÁRIOS: (BANCO, AGÊNCIA, CONTA)	

LOTE 1

ITEM DO TR	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL					
VALOR TOTAL POR EXTENSO:					

A empresa: XXXXXXXXXX declara que:

- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- PRAZO E FORMA DE ENTREGA:** A empresa entregará os itens no Município de Autazes no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento.
- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Conforme registrado no Edital e Contrato.
- PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** 120 (cento e vinte) dias, contados da data de apresentação da mesma, observando o disposto art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
- DECLARO**, sob as penas da lei, que não incide nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021.
- DECLARO** que os itens constantes da proposta comercial ofertada, atendem fielmente as Especificações Técnicas constantes do Termo de Referência;
- Caso seja vencedora no certame, submete-se a todas as condições estabelecidas neste Edital e na minuta do contrato que o integra, sob pena de rescisão unilateral do contrato

....., de de 2025.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável Legal
Cargo

OBSERVAÇÃO:

- Emitir em papel que identifique a licitante.



ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

À

Prefeitura Municipal de Autazes

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 009/2025 – SPR

Objeto: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE AUTAZES.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), em cumprimento ao solicitado no Edital do **Pregão Eletrônico nº 009/2025 – SRP, DECLARA**, sob as penas da lei, que:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
2. Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo das documentações;
3. Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.;
4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
6. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o que poderá ser comprovado, caso a empresa seja a detentora da melhor proposta neste Pregão;
7. Enquadrado como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;
8. Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira;
9. Que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
10. A inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Autazes/AM, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos;
11. Para fins de atendimento ao que consta do Edital do Pregão Eletrônico da Prefeitura de Autazes/AM,



que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer os equipamentos com as especificações e qualidade;

12. Conforme o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico, foi elaborada de maneira independente pela LICITANTE, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Autazes/AM, antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Atenciosamente,

..... de de 2025.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador

OBSERVAÇÃO:

- Emitir em papel que identifique a licitante.

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 – SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2525/2025

No dia XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) de XXXXXXXXXX do ano de XXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), o **MUNICÍPIO DE AUTAZES**, por intermédio da Prefeitura Municipal, situada na Rua Francisco Barroncas, 462, bairro Santa Luzia, CEP: 69.240-000, Autazes/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.477.642/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **JOSÉ THOMÉ NETO**, portador da Cédula de Identidade nº 1*****6 SSP-AM e CPF nº 745.***.***-53, residente e domiciliado na Rua ***** s/nº, Centro, CEP: 69.240-000, Autazes/AM, considerando o julgamento da licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 – SRP**, processo administrativo nº, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida na XXXXXXXXXXXXXXX, XXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, neste ato representada por seu (representante legal), o Senhor(a) XXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade nº XXXXX SSP/AM e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXX, XXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE AUTAZES**, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 – SRP** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE 1

ITEM DO TR	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$



2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja em nível federal, estadual ou municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir o primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



- 4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de execução nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade



gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2021.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no* edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.



Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Autazes/AM, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES
JOSÉ THOMÉ NETO
Prefeito de Autazes

(RAZÃO SOCIAL)
(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)
(Cargo do Representante Legal)

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2025

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor: *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$



ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2025, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE AUTAZES E A
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE AUTAZES**, por intermédio da Prefeitura Municipal, situada na Rua Francisco Barroncas, 462, bairro Santa Luzia, CEP: 69.240-000, Autazes/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.477.642/0001-37, doravante denominado **CONTRATANTE** neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **JOSÉ THOMÉ NETO**, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXX SSP-AM e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na Rua Raimundo Cavalcante s/nº, Centro, CEP: 69.240-000, Autazes/AM, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente inscrito no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida na XXXXXXXXXX, XXXX, XXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, XXXXXXXX/XX, adiante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu (qualificação por representação legal), o(a) Senhor(a) **XXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXXXXXX SSP/AM e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado(a) XXXXXXXX, XXX, XXXXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, XXXXXXXX/XX, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 009/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente ajuste tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE AUTAZES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos e especificações no Termo de Referência.

1.2. Objeto da Contratação:

Item do TR	Especificação	Unidade	Quant.	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Valor Total por Extenso:						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta da Contratada;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

2.1. O prazo de vigência da contratação é de (.....) **meses**, contados da data de assinatura, prorrogável na forma do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor global da contratação é de **R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,



previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito de forma após o recebimento definitivo dos serviços.

6.2. A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente juntamente com Requerimento, Recibo e Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista da CONTRATADA (Receita Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, FGTS e Trabalhista), em conformidade com o Termo de Referência, legislação e instruções normativas vigentes, e atestado pelo(a) fiscal previamente ao pagamento.

6.2.1. A Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente no qual deverá conter, dentre outras informações, razão social e CNPJ do CONTRATANTE, dados bancários da CONTRATADA e descrição do objeto.

6.3. O pagamento será efetuado conforme demanda solicitada, em até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

6.4. A Prefeitura de Autazes reverterá 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor total do pagamento ao Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios – FAPEN, em consonância ao art. 4º, inciso I, da Lei Municipal nº 259/2023, de 04 de outubro de 2023.

6.5. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária (TED/PIX), para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratado.

6.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência (TED/PIX) para pagamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. O valor proposto poderá ser reajustado, observado interregno mínimo de 01 (um) ano, pelo índice do IPCA, conforme dispõe a legislação em vigência.

8. CLÁUSULA OITAVA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

8.1. Será assegurado à contratada o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/21, quando houver comprovação de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, ou caso fortuito ou força maior, que alterem significativamente o equilíbrio inicialmente pactuado. Podendo haver a autorização ou não conforme disponibilidade orçamentária.

8.1.1. O exercício do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro não isenta a contratada de suas obrigações contratuais, sendo vedada a paralisação ou interrupção dos serviços em razão de pendências relacionadas à solicitação de reequilíbrio.

8.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será no máximo de 01 (um) mês.



9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

12.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

12.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Assessoria Jurídica do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

12.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

12.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.



13.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

13.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

13.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

13.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

13.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual, Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

13.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

13.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

13.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021).



13.14. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

13.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

13.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

13.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

13.18. Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas



alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

iv. **Multa:**

- a) Multas moratórias de 1% (um por cento) do valor do Contrato por dia, até o trigésimo dia de atraso, se o objeto não for entregue na data prevista, sem as justificativas aceitas pelo Município de Autazes;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto da licitação não realizada, na hipótese da rescisão administrativa, se o Contratado recusar-se a executá-lo; e
- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos itens solicitados, em caso de recusa do prestador de serviços em assinar o contrato.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

14.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

14.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

14.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

14.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.7. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com



abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

14.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

14.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

14.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.2.3. Indenizações e multas.

15.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em



linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Poder Executivo Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade:

Proj./Ativ.:

Unidade de Despesa:

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

17.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.



20. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Justiça Comum em Autazes/AM para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Autazes/AM, XX de XXXXXXXXXXXXX de 2025.

Pela Contratante



PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES
JOSÉ THOMÉ NETO
Prefeito de Autazes

Pela Contratada

(RAZÃO SOCIAL)
(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)
(Cargo do Representante Legal)



ANEXO V



TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Formação de Registro de Preços para Eventual Contratação de Empresa Especializada para a Confeção de Materiais Gráficos para Atender as Necessidades do Município de Autazes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
1	BLOCO RECEITUÁRIO SUS - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	3.025
2	BLOCO RECEITUÁRIO SEMSA - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	3.025
3	BLOCO SOLICITAÇÃO DE EXAME (PADRÃO) - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	500
4	BLOCO SOLICITAÇÃO DE EXAME (PRÉ NATAL) - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	400
5	BLOCO ATESTADO DE SANIDADE FÍSICA E MENTAL - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	330
6	BLOCO ATESTADO DE SANIDADE MENTAL - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	100
7	BLOCO ATESTADO MÉDICO - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	550
8	BLOCO CONTROLE DE NASCIMENTO - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
9	BLOCO DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	495
10	BLOCO ENCAMINHAMENTO AO CEDOF - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
11	BLOCO ENCAMINHAMENTO DE RETORNO - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	440
12	BLOCO LAUDO MÉDICO - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	440
13	BLOCO PMA-BLOCO DE NOTA BRASAO - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150

14	BLOCO PMA-BLOCO DE NOTA MARCA - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
15	BLOCO RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
16	BLOCO RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL - SUSAM - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
17	BLOCO RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL INTERNO - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
18	BLOCO RELAÇÃO DE PACIENTES QUE RECEBERAM ALTA - A5: 15x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE. ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
19	BLOCO TERMO DE REFERÊNCIA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	550
20	BLOCO TERMO DE REFERÊNCIA SOLICITAÇÃO DE EXAME - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	1.500
21	BLOCO FICHA DE CONTINUAÇÃO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	1.650
22	BLOCO MARCADORES DE CONSUMO ALIMENTAR - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	605
23	BLOCO CADASTRO SISDEC - A4: 29,7x21 CM – 3 VIAS - 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	2.000
24	BLOCO CADASTRO NUCLEO FAMILIAR/ CADASTRO MEMBROS - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	100
25	BLOCO ACOLHIMENTO SOCIAL - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
26	BLOCO AVISO DE CIRURGIA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
27	BLOCO AVISO DE CIRURGIA 2 - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
28	BLOCOS PEQUENOS - VISITA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	220
29	BLOCO SECRETARIA DE SAÚDE - SEMSA COMPROVANTE DA FAMÍLIA - BOLSA FAMÍLIA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	330
30	BLOCO COMPROVANTE DA FAMÍLIA - BOLSA FAMÍLIA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE -	BLC	100

	ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP ½		
31	BLOCO CONTROLE DE SINAIS VITAIS - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	110
32	BLOCO CONTROLE HÍDRICO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
33	BLOCO FARMACIA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
34	BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO COM NUTRICIONISTA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
35	BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO DE FISIOTERAPIA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
36	BLOCO FICHA DO ACOMPANHANTE - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	165
37	BLOCO FICHA DR MARCOS - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
38	BLOCO FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA NA SAÚDE - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	330
39	BLOCO GUIA DE ENCAMINHAMENTO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	440
40	BLOCO HOSPITAL DEODATO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
41	BLOCO LAUDO MÉDICO PARA PROCEDIMENTO DE ALTA COMPLEXIDADE - APAC - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	330
42	BLOCO MARCADORES DE CONSUMO ALIMENTAR BOLSA FAMÍLIA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
43	BLOCO PMA-BLOCO DE NOTA BRASAO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	220
44	BLOCO PMA-BLOCO DE NOTA MARCA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	220
45	BLOCO PRESCRIÇÃO MÉDICA - INTERNAÇÃO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	165
46	BLOCO PRESCRIÇÃO MÉDICA - MATERNIDADE - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	110
47	BLOCO PRESCRIÇÃO MÉDICA - OBSERVAÇÃO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO	BLC	150

	COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1		
48	BLOCO PROCEDIMENTO RADIOLÓGICO - RX - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
49	BLOCO PROCEDIMENTOS USG - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
50	BLOCO PRODUÇÃO TRANSFUSÃO DE SANGUE - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
51	BLOCO QUANTITATIVO DE PRODUÇÃO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
52	BLOCO RELATÓRIO DE CIRURGIA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
53	BLOCO REQUISIÇÃO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
54	BLOCO SOLICITAÇÃO DE COMPONENTES SANGUÍNEOS - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
55	BLOCO SOLICITAÇÃO DE INSUMOS CME - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
56	BLOCO TERMO DE RESPONSABILIDADE CIRÚRGICA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
57	BLOCO UNIDADE HOSPITALAR - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
58	BLOCO SOLICITAÇÃO DE EXAMES - SEMSA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	220
59	BLOCO SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	150
60	BLOCO GESTANTE HIV - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	100
61	BLOCO SOLICITAÇÃO DE EXAME - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	550
62	BLOCO ATENDIMENTO BÁSICO – TRIAGEM - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	330
63	BLOCO FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES DE CARGA VIRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	200
64	BLOCO PLANILHA MENSAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS TESTE RÁPIDO COORDENADORA MUNICIPAL DE IST/AIDS E HEPATITES VIRAIS DE AUTAZES - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR	BLC	100

	(PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1		
65	TERMO DE CONSENTIMENTO - PREFEITURA DE AUTAZES - A4: 29,7x21 CM – 3 VIAS - 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	370
66	BLOCO REQUISICÃO DE EXAMES - NORMAL - A4: 29,7x21 CM – 3 VIAS - 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	5.000
67	BLOCO CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO LAUDO DO DIAGNOSTICO - A4: 29,7x21 CM – 3 VIAS - 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	100
68	BLOCO CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO - A4: 29,7x21 CM – 3 VIAS - 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	110
69	BLOCO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO RESPONSÁVEL PARA VACINAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA) - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	220
70	BLOCO SÍFILIS ADQUIRIDA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	110
71	BLOCO FICHA DE INVESTIGAÇÃO - SÍFILIS ADQUIRIDA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	330
72	BLOCO ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO DO MAPA DE ACOMPANHAMENTO - A4: 29,7x21 CM – 3 VIAS - 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	330
73	BLOCO FICHA PRÉ-OPERATÓRIO - A4: 29,7x21 CM – 3 VIAS - 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	110
74	BLOCO LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR - A4: 29,7x21 CM – 3 VIAS - 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	550
75	BLOCO CARTÃO DE REGISTRO UBS - A4: 29,7x21 CM – 3 VIAS - 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	440
76	BLOCO CARTÃO AGENDAMENTO PACIENTE - A4: 29,7x21 CM – 3 VIAS - 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	220
77	BLOCO SAE - GRAVIDA ASSISTENCIA ENFERMAGEM SALA DE PARTO - A4: 29,7x21 CM – 3 VIAS - 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	330
78	BLOCO SAE - PUÉRPERA ASSISTENCIA ENFERMAGEM PÓS PARTO - A4: 29,7x21 CM – 3 VIAS - 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	330
79	BLOCO LAUDO CONCLUSIVO DE JUNTA MÉDICA - A4: 29,7x21 CM – 3 VIAS - 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE -	BLC	165

	ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1		
80	BLOCO FICHAS DE ENCAMINHAMENTO/ACONSELHAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE LAQUEADURA - A4: 29,7x21 CM – 3 VIAS - 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/2	BLC	220
81	BLOCO FICHAS DE ATENDIMENTO DE EVOLUÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA E REL. DE ENFERMAGEM - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	550
82	BLOCO SINAN – AIDS (PACIENTE COM 13 ANOS OU MAIS) - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	100
83	BLOCO FICHA DE INVESTIGAÇÃO HEPATITES VIRAIS - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	110
84	BLOCO FICHA DE NOTIFICAÇÃO/INVESTIGAÇÃO CRIANÇA EXPOSTA AO HIV - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	100
85	BLOCO SÍFILIS CONGÊNITA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	220
86	BLOCO AIDS (PACIENTES MENORES QUE 13 ANOS) - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	100
87	BLOCO REQUISIÇÃO DE EXAMES CITOPATOLOGICO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	440
88	BLOCO REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	330
89	BLOCO SOLICITAÇÃO DE MEDICAÇÃO - HOSPITAL - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	250
90	BLOCO SISTEMATIZAÇÃO PÓS-PARTO - HOSPITAL UHA ALTAZES - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	250
91	BLOCO PARTOGRAMA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	250
92	BLOCO INFORMAÇÃO PARA ACIDENTE - PREFEITURA DE AUTAZES - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	250
93	BLOCO FOLHA DE EVOLUÇÃO - PSICOLOGIA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	250

94	BLOCO FOLHA DE EVOLUÇÃO - NUTRIÇÃO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	250
95	BLOCO FOLHA DE EVOLUÇÃO - FONOAUDIOLOGIA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	250
96	BLOCO FOLHA DE EVOLUÇÃO - ENFERMAGEM - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	250
97	BLOCO FOLHA DE EVOLUÇÃO - FISIOTERAPIA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	250
98	BLOCO FICHA DE VACINAÇÃO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	250
99	BLOCO FICHA DE PROCEDIMENTOS - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	660
100	BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	275
101	BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	550
102	BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	550
103	BLOCO AMS - ASSISTÊNCIA MÉDICA SANITÁRIA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	1.650
104	BLOCO CADASTRO INDIVIDUAL - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	550
105	BLOCO CADASTRO DOMICILIAR - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	440
106	BLOCO FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	660
107	BLOCO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO - A4: 29,7x21 CM – 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO - ACABAMENTO COM COLA NO TOPO, 100 FOLHAS POR BLOCO. CTP 1/1	BLC	440
108	CADERNETA 21X29,7 MIOLO PAPEL OFFSET 90G - CAPA PAPEL OFFSET 120G IMPRESSÃO 2 CORES 70X21CM - 75 PÁGINAS	UND	2.500
109	ENVELOPES PERSONALIZADOS - 24,0X34,0 CM - 4X0 - PAPEL SUFITE 90G - (COLORIDO) CORTE/VINCO RETO SEM VERNIZ	UND	1.000

110	PASTAS COM ABA - 31X45 CM - 4X4 - PAPEL SUPREMO 300G - (COLORIDO) SEM VERNIZ	UND	200
111	CARTÕES DE VISITA - 8,80X5,08 CM - 4X4 - PAPEL COUCHÊ 250G - LAMINAÇÃO FOSCA + UV LOCALIZADO LOTE COM 500	UND	10.000
112	RECIBOS - 7X10 CM - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA) - PAPEL SULFITE 75G - SEM VERNIZ - CTP 1/1	BLC	50
113	CARTAZ - 29,7X42 CM, PAPEL COUCHÊ BRILHO 300G, IMPRESSÃO 4/0 CORES, CORTE RETO, LOTE COM 100 UNIDADES	UND	150
114	FOLDER A4 - 21X29,7 CM, PAPEL COUCHÊ 115G, IMPRESSÃO 4/4 CORES, 2 DOBRAS, ACABAMENTO COLECIONADO, ACONDICIONADO E DOBRADO - LOTE 500	UND	60.000
115	PANFLETOS - 15X21 CM, PAPEL COUCHÊ 150G, IMPRESSÃO 4/4 CORES, CORTE RETO, ACABAMENTO, LOTE COM 500 UNIDADES	UND	48.000
116	CALENDÁRIO PAREDE (PADRÃO) - 36,1X25,3 CM - 4X0 - PAPEL COUCHÊ 300G - UV TOTAL FRENTE - FURO 5 MM	UND	5.000
117	BOLETINS INFORMATIVOS - LIVRETO - 21X29,7 CM - 4X4 - COUCHÊ 120G - SEM VERNIZ - RETRATO - 1 DOBRA E 2 GRAMPOS - BIMESTRAL	UND	30.000
118	CONVITES - 14,9X9,94 CM - 4X4 - PAPEL COUCHÊ 300G - SEM VERNIZ - LOTE 500	UND	5.000
119	VENTAROLA - 21X29,7CM, 4X4 CORES, TINTA SUN CHEMICA COLORIDA EM TRIPLEX C1S NINGBO FOLD 300G. SAÍDA EM CTP. EMBALAGEM EM CAIXA COLETIVA, CORTE/VINCO, C/LAMINAÇÃO BRILHO, NRO DE LADOS 2.	UND	20.000
120	CRACHÁ PVC - 8,5X5,4CM - 4X0 - PVC 0,76MM - FOSCO - FOSCO FRENTE E VERSO - CANTOS ARREDONDADOS + FURO P/ PRESILHA	UND	2.000
121	CREDENCIAL PAPEL - 15X10 CM, PAPEL OFFSET 180G, IMPRESSÃO 4/0, COM 2 FUROS E CORDÃO, ACABAMENTO COLECIONADO E ACONDICIONADO	UND	3.600
122	CORDÃO PERSONALIZADO DE CRACHÁ - POLIÉSTER ACETINADO 20MM - 4X4 - SEM VERNIZ - 39X2 CM	UND	3.000
123	COPOS PERSONALIZADOS - COPO LONG DRINK INJETADO EM PS CRISTAL, CAPACIDADE DE 330 ML. DISPONÍVEIS NAS VERSÕES TRANSLÚCIDA, LEITOSA OU NEON	UND	500
124	CARIMBO AUTOMÁTICO N 304 23X59MM	UND	100
125	CARIMBO AUTOMÁTICO N 302 - 14X38MM	UND	100
126	CARIMBO AUTOMÁTICO N 355 (CNPJ)	UND	100
127	PRAGUINHA - 5X5 CM - 4X0 - ADESIVO PAPEL COUCHÊ 90G - SEM VERNIZ - FACA PADRÃO	UND	1.000
128	BOTTOM METÁLICO COM RESINA PROTETORA - TAMANHO PADRÃO 35MM	UND	1.000
129	SIMULADO - 2º - 42X30CM, PAPEL 75G - 4X4 CORES - IMPRESSÃO OFFSET COLORIDO. FRENTE E VERSO. GRAPEADO /VINCO SAÍDA EM CTP.	FLS	27.962
130	SIMULADO - 5º - 42X30CM, PAPEL 75G - 4X4 CORES - IMPRESSÃO OFFSET COLORIDO. FRENTE E VERSO. GRAPEADO /VINCO SAÍDA EM CTP.	FLS	22.385
131	SIMULADO - 9º - 42X30CM, PAPEL 75G - 4X4 CORES - IMPRESSÃO OFFSET COLORIDO. FRENTE E VERSO. GRAPEADO /VINCO SAÍDA EM CTP.	FLS	11.088
132	LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA - 2º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	19.246
133	LÍNGUA PORTUGUESA - FLUÊNCIA - 2º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	24.057
134	LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA - 2º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	110.662
135	MATEMÁTICA - 2º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	96.228

136	LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA - 5º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	22.341
137	LÍNGUA PORTUGUESA - FLUÊNCIA - 5º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	53.618
138	LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA - 5º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	58.086
139	MATEMÁTICA - 5º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	31.277
140	LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA - 6º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	30.861
141	LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA - 6º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	61.723
142	CIÊNCIAS DA NATUREZA - 6º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	61.723
143	MATEMÁTICA - 6º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	52.905
144	LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA - 7º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	23.931
145	LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA - 7º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	47.863
146	CIÊNCIAS DA NATUREZA - 7º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	41.025
147	MATEMÁTICA - 7º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	44.444
148	LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA - 8º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	23.654
149	LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA - 8º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	47.308
150	CIÊNCIAS DA NATUREZA - 8º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	37.171
151	MATEMÁTICA - 8º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	40.550
152	LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRITA - 9º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	21.575
153	LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA - 9º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	46.233
154	CIÊNCIAS DA NATUREZA - 9º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	36.986
155	MATEMÁTICA - 9º - 42X30CM, 1 COR - PAPEL 75G - 1 COR (PRETO OU COR ÚNICA). FRENTE E VERSO. SAÍDA EM CTP.	FLS	36.986
156	AVALIAÇÃO DIAGNOSTICA - 2º ANO - 42X30CM, PAPEL 75G - 4X4 CORES - IMPRESSÃO OFFSET COLORIDO. FRENTE E VERSO. GRAPEADO /VINCO SAÍDA EM CTP.	FLS	86.517
157	AVALIAÇÃO DIAGNOSTICA - 5º ANO - 42X30CM, PAPEL 75G - 4X4 CORES - IMPRESSÃO OFFSET COLORIDO. FRENTE E VERSO. GRAPEADO /VINCO SAÍDA EM CTP.	FLS	56.777
158	AVALIAÇÃO DIAGNOSTICA - 9º ANO - 42X30CM, PAPEL 75G - 4X4 CORES - IMPRESSÃO OFFSET COLORIDO. FRENTE E VERSO. GRAPEADO /VINCO SAÍDA EM CTP.	FLS	83.482
159	PLACA, DE AÇO EM COROSSÃO, PARA INAUGURAÇÃO, TAMANHO 40 CM X 60 CM, COM APLICAÇÃO DE ADESIVO INVERTIDO	UND	50
160	ADESIVO LEITOSO FOSCO PARA PAREDE, IMPRESSO ELETRONICAMENTE EM ADESIVO INTERNO GRAMATURA 0,08MM COM IMPRESSÃO DIGITAL ADESIVO FOSCO COM IMPRESSÃO DIGITAL 720DPI, 4X0 CORES PELÍCULA COM GRAMATURA 0,08MM E DURABILIDADE MÁXIMA DE 1 (UM) ANO PARA USO INTERNO, ACABAMENTO COM RECORTE ELETRÔNICO ESPECIAL. MATERIAL	M2	1.000

	DE REFERÊNCIA 3M, OU COM A MESMA QUALIDADE, COM INSTALAÇÃO.		
161	ADESIVO LEITOSO BRILHO PARA PAREDE, IMPRESSO ELETRONICAMENTE EM ADESIVO INTERNO GRAMATURA 0,08MM COM IMPRESSÃO DIGITAL ADESIVO BRILHO COM IMPRESSÃO DIGITAL 720DPI, 4X0 CORES PELÍCULA COM GRAMATURA 0,08MM E DURABILIDADE MÁXIMA DE 1 (UM) ANO PARA USO INTERNO, ACABAMENTO COM RECORTE ELETRÔNICO ESPECIAL. MATERIAL DE REFERÊNCIA 3M, OU COM A MESMA QUALIDADE, COM INSTALAÇÃO.	M2	1.000
162	ADESIVO VINIL BRILHO ALLTAK COM GRAMATURA 0,08MM , RECORTEADO ELETRONICAMENTE COM INSTALAÇÃO	M2	1.000
163	ADESIVO AUTOMOTIVO COM ACABAMENTO EM RECORTE ELETRÔNICO ESPECIAL COM INSTALAÇÃO	M2	300
164	BANNER - LONA PADRÃO - 0,90X1,20M, EM LONA VINÍLICA, IMPRESSO DIGITALMENTE EM POLICROMIA, EM 4/0 CORES, ACABAMENTO COM BASTÃO DE MADEIRA E CORDÃO DE NYLON	UND	400
165	FAIXA EM LONA - 3X1, LONA VINÍLICA, IMPRESSO DIGITALMENTE EM POLICROMIA 4/0 CORES, ACABAMENTO EM MADEIRA	UND	50
166	SINALIZAÇÃO INTERNA EM PVC 20x7CM ADESIVADA, ESPESSURA 3MM, ADESIVO BRILHO 0,08 MM, IMPRESSÃO DIGITAL 720 DPI, 4X0	UND	1.000
167	SINALIZAÇÃO INTERNA EM PVC ADESIVADA, 0,50X0,70 CM, ESPESSURA 3MM, ADESIVO BRILHO 0,08 MM, IMPRESSÃO DIGITAL 720 DPI, 4X0	UND	100
168	ADESIVO PERFURADO - GRAMATURA 0,13MM COM IMPRESSÃO DIGITAL INTERNA COM IMPRESSÃO DIGITAL 1440DPI, 4X0 CORES, PELÍCULA COM GRAMATURA 0,13MM E DURABILIDADE MÁXIMA DE 1 (UM) ANO PARA USO EXTERNO. MATERIAL DE REFERÊNCIA 3M, OU COM A MESMA QUALIDADE, COM INSTALAÇÃO	M2	1.000
169	LONA REDONDA - 210X210 CM, LONA VINÍLICA 440G, IMPRESSO DIGITALMENTE EM POLICROMIA 4/0 CORES, ACABAMENTO COM ILHÓS METÁLICOS GALVANIZADOS	UND	60
170	BANDEIRAS TECIDO - 90X70CM - 4X0 - TECIDO GABBARDINE - SEM VERNIZ - BOLSA PARA HASTE	UND	500
171	WINDBANNER GIGANTE ALTURA MONTADO 3,50M - 75X300 CM - 4X4 - TECIDO MICROFIBRA - SEM VERNIZ - BASE PLÁSTICA + HASTE E FIBRA + TECIDO (KIT COMPLETO)	UND	50
172	INSULFIM 100% BLACK ESPELHADO - APLICAÇÃO DE PELÍCULA FUMÊ EM PORTAS E JANELAS	M2	500
173	ADESIVO JATEADO - PVC SUPER CALANDRADO POLIMÉRICO 100µM (MICRA) + PAPEL COUCHÉ SILICONIZADO 150G/M2 - ACRÍLICO REPOSICIONÁVEL 20G/M2 (+ 2G/M2)	M2	500
174	FAIXA/BANNER - 100X400CM - LONA FOSCA 440G, CORES 4X0, ACABAMENTO MADEIRINHAS E PONTEIRAS OU ILHÓS	UND	100
175	LONA 600X300, EM LONA VINÍLICA 440G, IMPRESSO DIGITALMENTE EM POLICROMIA, EM 4/0 CORES, ACABAMENTO COM EM ILHOES METALICO	UND	150
176	MOLDURA CAIXA DE 2CM ESPESSURA FRENTE, TAM 42X53, 3CM DE PROFUNDIDADE, PRETO 2CM , VIDRO INCOLOR 2MM, IMPRESSÃO PAPEL FOTOGRAFICO 38X49CM	UND	200
177	BACKDROP - 3,00x2,00 - LONA 440G - 4X0 - SEM VERNIZ ACABAMENTO COM EM ILHOES METALICO, SEM ESTRUTURA METÁLICA	UND	100
178	TESTEIRA - 2,00 x 7,00 EM LONA VINÍLICA 440G, IMPRESSO DIGITALMENTE EM POLICROMIA, EM 4/0 CORES, ACABAMENTO COM EM ILHOES METALICO	UND	100
179	ADESIVO ULTRA STAR YELLOW METALLIC, COM ACRILICO	M2	150

	REPOSICIONÁVEL 20G/M2 (+ 2G/M2) E PELÍCULA DE PVC SUPER CALANDRADO POLIMÉRICO 100 MM (MICRA)		
180	ADESIVO ULTRA STAR BLUE METALLIC, COM ACRILICO REPOSICIONÁVEL 20G/M2 (+ 2G/M2) E PELÍCULA DE PVC SUPER CALANDRADO POLIMÉRICO 100 MM (MICRA)	M2	150
181	ADESIVO ULTRA STAR GREEN METALLIC, COM ACRILICO REPOSICIONÁVEL 20G/M2 (+ 2G/M2) E PELÍCULA DE PVC SUPER CALANDRADO POLIMÉRICO 100 MM (MICRA)	M2	150
182	PLACA DE PATRIMÔNIO TAM. 30X15MM - PLACA DE IDENTIFICAÇÃO PATRIMONIAL EM ALUMÍNIO ANODIZADO, RÍGIDA ESPESSURA 0,30MM. IMPRESSÃO DIGITAL UV 1440DPI (PRETO OU COLORIDO) PERSONALIZADA COM LOGOTIPO, NUMERAÇÃO E CÓDIGO DE BARRAS NO PADRÃO ISO. COR DE FUNDO CINZA CLARO, CANTOS ARREDONDADOS, COM VERNIZ DE PROTEÇÃO POLIÉSTER. RESISTÊNCIA A ÁLCOOL, TINNER, GASOLINA, MULTI-USO E PRODUTOS DE LIMPEZA EM GERAL, TEMPERATURA DE ATÉ 150°C. FIXAÇÃO: 2 FUROS DE Ø3MM (OPCIONAL /SEM CUSTO).	UND	4.000
183	PULSEIRA TYVEK – COLOR	UND	2.000
184	ECOBAGS - SACOLAS ECOLÓGICAS 38X40 TECIDO ALGODÃO CRU LISA	UND	2.000
185	AGENDA DIÁRIA, 176 FOLHAS, CAPA DURA, ESPAÇO PARA ANOTAÇÕES, CALENDÁRIO, ÍNDICE TELFÔNICO, FORMATO MÍNIMO 145 X 205 MM, 1 PÁGINA POR DIA EXCETO FINAIS DE SEMANA ENCAPERNAÇÃO WIRE-O	UND	100
186	LAÇOS EM FITA COM SUBLIMAÇÃO TOTAL COLORIDA E ALFINETES	UND	25.000
187	CORPO: 21,9X14,7CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM PAPEL COPO 264G. CTP. FUNDO: 8X8CM, SEM IMPRESSÃO EM PAPEL COPO FUNDO. CORTE E VINCO.	UND	30.000

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum para contratação de empresa para serviços de confecção de materiais gráficos.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por **MENOR PREÇO GLOBAL**.

1.4. A Ata de Registro de Preços resultante terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada de acordo com o art. 84 da Lei nº 14.133/21.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A condução de um processo licitatório visando o registro de preços para a aquisição de material gráfico é respaldada pelos princípios basilares da administração pública, tais como economicidade, eficiência e transparência. Essa abordagem assegura a obtenção dos produtos necessários com custos otimizados, garantindo uma gestão eficaz dos recursos públicos, bem como promove a concorrência entre fornecedores, resultando em condições mais vantajosas para o poder público. Ademais, ao adotar essa prática, a administração demonstra seu compromisso com a lisura e a transparência nos processos de contratação, fortalecendo a confiança da sociedade na gestão dos recursos e na qualidade dos serviços prestados.

2.2. Considerando que a aquisição, se enquadra como bem comum, pois são facilmente especificados e descritos, não havendo maiores dificuldades no entendimento do objeto, a

condução desta licitação deverá ser realizada por meio de Pregão Eletrônico, com critério de disputa menor preço.

2.3. A presente contratação tem como objetivo atender à demanda de material gráfico destinado a todos os setores da Administração Pública Municipal de Autazes, incluindo a Prefeitura, suas secretarias e fundos. Tal aquisição se faz necessária para suprir as necessidades operacionais e administrativas dos diversos órgãos que compõem a gestão municipal.

2.4. Os materiais gráficos, como folders, panfletos, cartazes, blocos de anotações, formulários personalizados e outros itens correlatos, são fundamentais para a realização de campanhas institucionais, divulgação de serviços públicos, orientações à população, apoio a eventos oficiais e atividades rotineiras dos setores administrativos.

2.5. Além de promover a padronização da identidade visual da gestão, a disponibilização desses materiais contribui para o fortalecimento da comunicação entre o poder público e a população, promovendo maior transparência, organização e eficiência nos serviços prestados.

2.6. Dessa forma, a contratação se mostra imprescindível para assegurar o funcionamento adequado da estrutura administrativa do município, em conformidade com os princípios da legalidade, publicidade, eficiência e economicidade previstos na Constituição Federal e nas normas que regem a Administração Pública.

2.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de execução nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2.8. O Município de Autazes não dispõe de um Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício em curso, em razão de que a gestão anterior não elaborou ou implementou o referido plano, conforme exigido pela Lei 14.133/21. No entanto, cabe destacar que o objeto da contratação está devidamente contemplado na Lei Orçamentária Anual (LOA), que define as diretrizes e os recursos necessários para a execução de despesas, incluindo as relacionadas à contratação em questão. Dessa forma, embora a ausência do PCA seja uma limitação, a contratação em si está respaldada pela previsão orçamentária e atende aos princípios da legalidade e da eficiência administrativa.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Trata-se da contratação de serviço comum, a ser CONTRATADO mediante licitação, baseada nas prerrogativas da Lei nº 14.133/21.

3.2. A contratação do objeto não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.3. A solução proposta visa realizar licitação pelo Sistema de Registro de Preços, na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, formado por 187 (cento e oitenta e sete) itens, conforme tabela constante neste Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que a compõe.

3.4. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas

as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto. A justificativa para realizar um pregão por menor lance por lote em vez de por item reside na busca por eficiência e economia na contratação de bens ou serviços, especialmente quando há uma relação de complementaridade ou sinergia entre eles. A formação de lotes permite otimizar a gestão, a fiscalização e a entrega dos itens, além de reduzir custos administrativos e de logística.

3.5. A contratação abrange desde a identificação da necessidade, passando pelo planejamento da demanda contratual, seleção da empresa fornecedora, homologação e adjudicação, disponibilidade da Ata de Registro de Preços (ARP), pactuação contratual ou emissão da ordem de serviços se for o caso, fornecimento do serviço, gestão e fiscalização do contrato ou da ARP.

3.6. O ciclo de vida do objeto se inicia com a demanda posta pela secretaria, planejamento da contratação que orienta este objeto, seguido da seleção do fornecedor, formalização do contrato específico ou ordem de serviços com a empresa detentora da Ata de Registro de Preços, execução do serviço conforme o cronograma estabelecido, fiscalização da qualidade e conformidade do serviço, e finaliza com a avaliação dos resultados da execução do objeto e o pagamento à empresa CONTRATADA, garantindo o atendimento das necessidades da administração municipal e da população.

3.7. A contratação, por meio de Ata de Registro de Preços, permitirá maior flexibilidade e eficiência no atendimento das necessidades gráficas dos diversos órgãos que compõem a estrutura administrativa municipal, incluindo secretarias, departamentos, coordenações e demais unidades da Prefeitura. A medida visa garantir o fornecimento contínuo de materiais personalizados e demais itens de comunicação institucional e administrativa.

3.8. O uso do sistema de registro de preços possibilitará que as aquisições ocorram conforme a real necessidade dos setores, evitando estoques desnecessários, promovendo economia de recursos públicos e agilidade no atendimento às demandas. Além disso, a padronização dos materiais contribuirá para reforçar a identidade visual da gestão e assegurar a uniformidade da comunicação oficial com a população.

3.9. Essa estratégia de contratação está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento da Administração Pública, proporcionando maior controle orçamentário e previsibilidade nos gastos, sem comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços públicos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual ou do objeto solicitado através de ordem de serviço nos termos da ARP vigente.

4.2. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de entrega do objeto.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1. Não se trata de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra;

4.3.2. A cobrança de garantia poderia caracterizar-se restritiva ao caráter competitivo da licitação;

4.3.3. O valor da garantia apresenta reflexo na composição de preços do licitante apresentando-se como um encargo econômico-financeiro que será repassado para a Administração sem representar um ganho efetivo para o contrato.

4.4. Para a contratação pretendida os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, devendo apresentar atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou ou está executando, sem restrição, fornecimento de natureza semelhante e compatível ao indicado neste Termo de Referência, bem como apresentar todos os documentos a serem exigidos a título de habilitação.

4.5. A CONTRATADA deverá executar os serviços do objeto de contratação, em conformidade com o detalhamento dos itens expressos na especificação do subitem 1.1. e observadas as normas constantes deste Termo de Referência.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência da ARP é de 12 (doze) meses contados da publicação de sua homologação, prorrogável na forma do artigo 84 da Lei Geral de Licitações e Contratos n.º 14.133, de 2021.

5.2. O fornecimento dos serviços e sua vigência está em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5.3. O prazo de vigência da contratação a partir da ARP vigente é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do instrumento contratual, na forma dos artigos 106 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.4. O fornecimento dos serviços é enquadrado como continuado tendo em vista que são serviços essenciais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

6.1. A empresa vencedora fornecerá os produtos de forma parcelada, sob demanda obedecendo aos prazos e as condições estabelecidas para entrega a partir da requisição emitida pelo gestor.

6.2. As solicitações de fornecimento serão efetivadas na medida das necessidades do Município, e o prazo máximo para a entrega dos produtos é 05 (cinco) dias, contados da emissão de Ordem de Serviços.

6.3. A empresa contratada deverá fornecer o bem conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

6.3.1. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, má qualidade, defeitos ou incorreções, observadas as disposições contidas no artigo 140 e seguintes, da Lei 14.133/2021.

6.4. Os produtos deverão ser entregues diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Autazes.

6.5. A Contratante reserva-se o direito de devolver, no todo ou em parte, o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, do contrato e das regulamentações dos órgãos competentes.

5.3. A contratada deverá realizar todos os serviços necessários para a perfeita execução contratual, de forma a garantir que todos os fornecimentos sejam prestados em tempo hábil.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.8. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.10. A CONTRATADA deverá comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.11. A CONTRATADA deverá cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

Gestor do Contrato

7.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir Ordem de Serviço para instruir a execução do objeto contratado.

8.2. Avaliar os itens do objeto contratado no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

8.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

8.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.

8.6. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços realizados fora das especificações adequadas em relação as exigências do Edital, Termo de Referência e seus anexos ou quando não estejam em conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa à CONTRATADA que assumirá todas as despesas daí decorrentes.

- 8.7. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.
- 8.8. Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas.
- 8.9. A CONTRATANTE compromete-se a acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução da CONTRATADA designando o competente Fiscal e Gestor.
- 8.10. Prestar todo o apoio necessário a CONTRATADA para que seja alcançado os objetivos e metas contratuais do objeto deste Termo de Referência em toda a sua extensão.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual, Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

- 9.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.14. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 9.18. Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa nos termos da lei nº 14.133/2021, a contratada que:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) dar causa à inexecução total do contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a lei nº 6.161, de 2000.

10.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

Recebimento

11.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com a especificação. No local dos serviços o servidor designado fará o seu recebimento limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal de Serviços, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data do serviço, se for o caso, as irregularidades observadas.

11.2. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do fornecimento e consequentemente aceitação mediante Termo Detalhado.

11.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.4. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.6. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

11.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

11.8. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

11.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.9.1. o prazo de validade;

11.9.2. a data da emissão;

11.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

11.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

11.9.5. o valor a pagar; e

11.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

11.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de pagamento

11.12. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

11.13. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária (TED/PIX), para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência (TED/PIX) para pagamento.

11.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.15.1. A Prefeitura de Autazes reverterá 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor total do pagamento ao Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios – FAPEN, em consonância ao art. 4º, inciso I, da Lei Municipal nº 259/2023, de 04 de outubro de 2023.

11.15.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.16. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

12.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da CONTRATADA.

12.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

12.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

12.2.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

12.3. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

12.4. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

12.5. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

12.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.7. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

12.8. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.9.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um

ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.10. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.11. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.12. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.13. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.15. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de fornecimento:

13.1. O fornecimento do objeto será continuado e parcelado através de ordens de serviços emitidas pelo órgão gestor da Ata de Registro de Preços – ARP.

13.2. O serviço será realizado dentro dos limites quantitativos da ARP.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

Regime de Execução

13.4. O regime de execução será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Exigências de habilitação

13.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

13.6. **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.7. No caso de Sociedade Unipessoal: ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seu administrador;

13.8. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no

Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.9. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.10. Os documentos de inscrição acima deverão ser apresentados junto com todas as alterações ou da consolidação respectiva e dos documentos pessoais (RG/CNH) do(s) administrador(es) da empresa licitante indicado(s) no ato constitutivo.

13.11. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que tenham declarado essa condição quando do cadastramento deverão apresentar também, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado ou outro documento oficial que comprove o enquadramento na categoria jurídica informada.

13.11.1. A não apresentação desta certidão leva ao entendimento de que as empresas proponentes não tem interesse nos benefícios previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, ou não se enquadram nesta categoria jurídica.

13.12. A certidão simplificada ou outro documento comprobatório do enquadramento deverá ter sido emitido nos 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data prevista para a sessão do certame, com pena de não aceitabilidade.

Qualificação Técnica

13.13. Apresentar atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou ou está executando fornecimentos similares ao objeto licitado, em condições compatíveis de quantidade e prazos.

13.13.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo titular da pasta ou pelo responsável do setor competente do órgão. Para pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo representante legal, neste último caso, com reconhecimento de firma.

13.13.1.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.13.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

13.14. Declaração em papel timbrado da empresa de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação; (inciso VI do caput do Art. 67, da Lei Federal 14.133/21).

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

13.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

13.16. Prova de a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 13.17. Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF n. 443, de 17 de outubro de 2014;
- 13.18. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- 13.19. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- 13.20. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS mediante a apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal (Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990);
- 13.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Qualificação Econômico-Financeira

- 13.22. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
- 13.23. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 13.24. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; (art. 69, da Lei Federal 14.133/21).
- 13.25. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 13.26. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 13.27. O balanço patrimonial deve ser registrado na junta comercial para comprovação de autenticidade, sendo dispensado do registro na junta comercial no caso do balanço ser emitido pelo sistema público de escrituração digital (SPED) sendo suficiente o recibo de entrega emitido pelo Sped e comprovação dos índices econômicos.
- 13.28. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
- 13.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 13.30. As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de declaração, de relação dos

compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura desta Pregão Eletrônico, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital. (§3º, art. 69, Lei Federal nº 14.133/21.

13.31. Deverá ser apresentada Declaração do Sicaf onde constam os Dados do Fornecedor, Ocorrências e Impedimentos, e Níveis cadastrados.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. Em consonância com o artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/21, para a contratação em tela será mantida a confidencialidade do orçamento estimado, assegurado acesso aos órgãos de controle. Para o objeto desta licitação, manter o sigilo sobre o orçamento estimado incentiva a apresentação de propostas mais vantajosas, em predileção aos princípios fundamentais da competitividade, eficiência e economicidade.

14.2. A aplicação do sigilo visa evitar que o preço de referência estabelecido pela Administração influencie o alinhamento das propostas apresentadas. Buscando incentivar que as empresas apresentem seus preços mais competitivos, fomentando ambiente de concorrência saudável.

14.3. Neste diapasão importa destacar o efeito prático do sigilo do orçamento, com reflexos positivos ao propósito de alcançar potencial vantagem no processo competitivo. A não publicação do valor estimativo pela Administração, afasta a participação de propostas aventureiras, confeccionadas sem expertise, com menor capacidade de planejamento, que habitualmente utilizam o preço estimado pela Administração como parâmetro, aplicando apenas um percentual de redução dos valores, muitas vezes, sem um trabalho técnico e responsável.

14.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADO, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual do município de Autazes.

15.2. A dotação orçamentária será informada e vinculada a eventuais contratos e ordens de serviço, pela Secretaria Municipal de Finanças, referente ao exercício 2025, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira.

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

16.1. A participação na licitação implica na aceitação, integral e irretratável do conteúdo deste Termo de Referência.

17. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

17.1. Os serviços ofertados deverão estar plenamente de acordo com a especificação constante no presente Termo de Referência.

18. DECLARAÇÕES LEGAIS

18.1. Declaramos para os devidos fins que o presente Termo de Referência se acha de acordo com o preconizado no inciso XXIII, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Autazes/AM, 16 de julho de 2025.

JOSÉ MARQUES QUEIROZ NETO

Chefe de Gabinete

Portaria nº 018/2025, de 02 de janeiro 2025



**ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE AUTAZES**

**GABINETE DO PREFEITO
PUBLICAÇÃO DE LEI MUNICIPAL**

LEI MUNICIPAL Nº 259/2023, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023.

CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS – PROMAPEN, DENOMINADO BANCO AUTAZES EMPREENDEDOR, O FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS – FAPEN, E, ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AUTAZES**, Estado do Amazonas, no exercício das atribuições que legalmente lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal - LOMA, **FAZ SABER** a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO DO PROGRAMA, DENOMINAÇÃO E FINALIDADES

Art. 1º. Fica instituído o **PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS – PROMAPEN, DENOMINADO BANCO AUTAZES EMPREENDEDOR**, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Produção Rural e Desenvolvimento Econômico Sustentável – SEMPRA, que tem por objetivo essencial desenvolver os setores econômicos do Município de Autazes, cujas atividades necessitem de suporte financeiro, visando:

I - Aumentar as oportunidades de emprego e geração de renda através da criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação de pequenos negócios formais e informais;

II - Incentivar e promover ações voltadas ao empreendedorismo e a criação de alternativas econômicas para famílias de baixa renda e/ou em risco social;

III - Pesquisar e estudar novas alternativas de mercado decorrentes das constantes mudanças tecnológicas;

IV - Apoiar o desenvolvimento de novas matrizes econômicas e fortalecer as existentes mediante a criação e manutenção de centrais de compras, de produção e vendas, sob a gestão dos empreendedores formais e informais;

V - Oferecer infraestrutura para promoção da competitividade e sustentabilidade de empreendimentos, bem como oferecer infraestrutura para facilitar o escoamento da produção e possibilitar o acesso dos empreendedores de pequenos negócios ao sistema de comercialização;

VI - Promover orientações, consultorias, treinamentos e capacitações aos empreendedores a fim de aprimorar suas aptidões e possibilitar o desenvolvimento de seus negócios;

VII - Fomentar a criação, implantação e consolidação de ambientes promotores do empreendedorismo e inovação, incluindo parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas como forma de incentivar a interação entre as empresas e o Governo Municipal;

VIII - Estimular a atração de investimentos e empreendimentos para o desenvolvimento da região.

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIOS AOS PEQUENOS NEGÓCIOS - FAPEN

Art. 2º. Fica instituído o **FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS – FAPEN**, responsável pela implementação e operacionalização do Programa Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios – PROMAPEN – BANCO AUTAZES EMPREENDEDOR, estando vinculado à Secretaria Municipal de Produção Rural e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se microcrédito produtivo, o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de microempreendedores populares, organizados ou não e associação de economia solidária, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda que:

I – O atendimento ao tomador final de recursos deve ser feito por agente de crédito treinado para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II – O contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante todo o período de contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica.

III – O valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade, da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos e sua participação efetiva em palestras de orientação para o crédito em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto em Lei.

Parágrafo Único. O crédito deverá observar as regras constantes no Regimento Interno, que disciplinará a sua concessão, devendo, prioritariamente, ter como objetivo dotar os beneficiários de condições para o desenvolvimento sustentável de suas atividades produtivas.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS

Seção I

DAS FONTES DE RECURSOS

Art. 4º. Constituirão os recursos financeiros do FAPEN:

I - O produto resultante de 1,5% (um virgula cinco por cento) sobre todos os valores de pagamentos realizados pelo Município de Autazes, relativos à aquisição de bens, à prestação de serviços de qualquer natureza, serviços e contratação de obras, os quais serão creditados automaticamente ao FAPEN;

II - As dotações ou créditos específicos, consignados no orçamento do Poder Executivo;

III - As transferências de agências e fundos de desenvolvimento, nacionais e internacionais, pessoas físicas e jurídicas, a título de contribuição, legado, subvenção ou doação, além de outras formas de transferências onerosas e não onerosas;

IV - Os valores decorrentes da remuneração do FAPEN pelos financiamentos concedidos pelo agente financeiro, bem como os decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras dos recursos não comprometidos;

V - Doações de pessoas físicas e jurídicas, instituições, órgãos e entidades públicas ou privadas que desejem participar de programas desenvolvidos pelo Fundo;

VI - Juros e quaisquer outros rendimentos eventuais; e

VII - Outras fontes firmadas por convênios, termos de colaboração ou de fomento autorizados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios - FAPEN, serão arrecadados pela Secretaria Municipal de Finanças - SEMFIN, relativos ao fornecimento de bens, serviços e contratação de obras, através da retenção do valor correspondente, os quais serão repassados mediante transferências bancárias mensais ao FAPEN.

Seção II

Das Não Incidências ao FAPEN

Art. 5º. Não se inclui como custeio do FAPEN a retenção de 1,5% (um vígula cinco por cento) sobre os valores decorrentes de:

I - Fornecedor de bens, serviços e construção de obras, quando os recursos financeiros são originados de transferências voluntárias, ou seja, as de repasse de recursos financeiros firmados por convênio ou instrumento congênere com órgãos ou entidades federais ou estaduais;

II - Serviços públicos explorados por concessão dispensados de procedimentos licitatórios para contratação com o Município de Autazes;

III - Contratações oriundas de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que observado o limite de até quatro mil reais;

IV - Pagamentos e adiantamentos aos servidores públicos municipais.

Seção III

DA APLICAÇÃO E CRITÉRIOS DE ACESSO AOS RECURSOS

Art. 6º. Respeitados os objetivos definidos no art. 1º desta Lei, o Programa Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios- PROMAPEN – BANCO AUTAZES EMPREENDEDOR, praticará as seguintes modalidades de operação:

I – Financiamento e concessão de microcrédito para:

a) Investimento Fixo: máquinas, equipamentos, ferramentas, obras civis complementares, instalações elétricas e hidráulicas;

b) Capital de Giro Puro: matérias-primas, materiais complementares e outros insumos;

II - Apoio financeiro, não reembolsável, para:

a) Formalização de empresas;

b) Desenvolvimento e ampliação de negócios existentes;

c) Desenvolvimento e criação de novos negócios para pequenos empreendedores de baixa renda comprovada.

III - Investimentos:

a) Capacitação empreendedora;

b) Pesquisa e estudos de mercado e tendências econômicas;

c) Construção, estruturação e implementação de centros comerciais urbanos e rurais de empreendedorismo e inovação;

d) Programas de incentivo ao empreendedor;

e) Aquisição de maquinário, equipamentos e ferramentas para os beneficiários elencados nesta Lei.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Produção Rural e Desenvolvimento Econômico Sustentável - SEMPRA fica responsável pela operacionalização e administração das medidas necessárias a implantação do Programa a que se refere o *caput* deste artigo, podendo, na forma da lei, firmar convênios, contratar serviços, estabelecer parcerias e adotar as iniciativas indispensáveis ao bom cumprimento dos objetivos compreendidos por tais ações, fazendo uso dos seus recursos institucionais e dos recursos do FAPEN.

Art. 7º. São instrumentos de transferência de recursos:

- I - Termo de fomento ou colaboração;
- II – Contrato de financiamento;
- III - Convênio ou instrumento congênere;
- IV – Investimento.

Parágrafo Único. As modalidades de transferência de recursos de que trata o *caput* deste artigo, serão regulamentadas mediante Decreto do Executivo Municipal e Regimento interno do FAPEN.

Art. 8º. Serão realizadas chamadas públicas para cadastramento e seleção de projetos e negócios a serem contemplados com os recursos do FAPEN, de acordo com a modalidade de operação e o planejamento anual das atividades, devidamente aprovado pelo Comitê Gestor.

Parágrafo Único. Os valores, limites e condições do crédito deverão ser definidos por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 9º. São requisitos mínimos para acesso aos recursos na modalidade financiamento:

- I - Cópia autenticada dos documentos pessoais e/ou da pessoa jurídica, e do avalista;
- II - Comprovação de conta corrente;
- III - Comprovação de cidadania, vida e residência no Município de Autazes;
- IV - Plano de negócio contendo especificações que a atividade econômica será desenvolvida dentro dos limites territoriais do município de Autazes.

Capítulo IV

DOS BENEFICIÁRIOS E DO ACESSO AO CRÉDITO

Art. 10. Respeitadas as finalidades estabelecidas nesta Lei, e em atenção às normas operacionais determinadas pelo Comitê Gestor do FAPEN, os recursos deste, serão aplicados nos seguintes segmentos:

- I - Comércio;
- II - Indústria;
- III - Serviços;
- IV - Agronegócio;
- V - Organizações da sociedade civil;
- VI - Outros setores por deliberação do Comitê Gestor do FAPEN e referendada por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. As atividades proibidas por lei não serão contempladas em nenhuma hipótese.

Art. 11. Serão beneficiários do FAPEN:

- I - Pessoas físicas de baixa renda comprovada;
- II - Pessoas físicas autônomas e/ou potenciais empreendedores;
- III - As pessoas físicas que atuem como comerciantes e prestadores de serviços informais ou ambulantes no município de Autazes;
- IV - Institutos, associações e cooperativas de interesse econômico;
- V - As cooperativas de comerciantes e prestadores de serviços informais ou microempreendedores individuais que atuem como comerciantes ou prestadores de serviços ambulantes no município de Autazes, constituídas na forma da legislação em vigor;
- VI - Microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 12. Para os efeitos desta Lei, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário individual a que se refere o art. 966 do Código Civil, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

Capítulo V

DO AGENTE FINANCEIRO

Art. 13. Os recursos financeiros do FAPEN serão depositados em conta específica do Agente Financeiro, o qual celebrará contrato com o Poder Público Municipal para operacionalizar tais recursos, com remuneração a ser negociada considerando-se a menor taxa praticada no mercado pelos bancos oficiais, mediante proposta mais vantajosa e levando em conta o objetivo social do FAPEN.

Art. 14. Compete ao Agente Financeiro:

I - A aplicação dos saldos diários em investimentos rentáveis;

II - A disponibilização de serviço de cobrança de boletos bancários dos contratos firmados; e,

III - Outras eventuais solicitações a serem realizadas pelo FAPEN.

Art. 15. O exercício financeiro do FAPEN coincidirá com o ano civil, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro, para fins de apuração de resultados e apresentação de relatórios.

Art. 16. O agente financeiro deverá apresentar ao FAPEN demonstrativos com as posições mensais, as aplicações, os pagamentos dos boletos recebidos e os resultados dos recursos do FAPEN.

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Capítulo I

DO COMITÊ GESTOR DO FAPEN

Art. 17. O Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios – FAPEN, será administrado pelo Comitê Gestor do FAPEN (CGF).

Art. 18. O Comitê Gestor do FAPEN será presidido pelo Secretário Municipal de Produção Rural e Desenvolvimento Econômico Sustentável, que terá, em caso de necessidade, o voto de qualidade.

Art. 19. Os membros do Comitê Gestor e os Servidores que compõem o quadro funcional do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios – FAPEN, farão parte do quadro funcional da Secretaria Municipal de Produção Rural e Desenvolvimento Econômico Sustentável, sendo designados pelo Chefe do Poder Executivo, tendo a seguinte composição:

I - Diretor Executivo;

II - Gerente Administrativo Financeiro;

III - Assistente Administrativo;

IV - Agentes de Crédito;

V - Agentes de atendimento.

Parágrafo Único. A função de membro do Comitê Gestor do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios – FAPEN, não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 20. De acordo com a necessidade e havendo disponibilidade orçamentária, o Poder Executivo poderá instituir por lei específica, o pagamento de gratificações mensais aos membros que compõem o corpo operacional do Comitê Gestor do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios – FAPEN.

Art. 21. O Comitê Gestor do FAPEN realizará reuniões trimestrais devidamente registradas em Ata, na qual terá as seguintes competências:

I - Estabelecer as normas, procedimentos operacionais do FAPEN, a serem cumpridas pelo Banco Autazes Empreendedor;

II - Deferir ou indeferir os pedidos de apoio financeiro não reembolsável;

III - Receber, analisar e emitir Parecer Conclusivo no que diz respeito às solicitações de financiamento;

IV - Elaborar o Planejamento de Desenvolvimento de Negócios e o Planejamento Anual das Atividades do FAPEN;

V - Avaliar o desempenho e os resultados alcançados pelo FAPEN;

VI - Aprovar a prestação de contas referentes às despesas administrativas realizadas pelo Fundo;

VI - Autorizar a movimentação bancária a ser efetuada pelo agente financeiro.

VII - Realizar reuniões extraordinárias a qualquer tempo, por convocação do Presidente do Comitê ou por iniciativa de um terço de seus membros.

Parágrafo Único. O Diretor Executivo do Comitê Gestor do FAPEN, nomeado por ato do Executivo Municipal, exercerá a função de Ordenador de Despesas.

Capítulo II

DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 22. O Conselho Consultivo é composto, além do Presidente e do Vice-Presidente, por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo 05 (cinco) membros, representantes de órgãos e entidades do Poder Executivo, Poder Legislativo e da sociedade civil, designados paritariamente pelo Prefeito.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho Consultivo serão convocados semestralmente, ou a qualquer tempo, para reunir-se com o Comitê Gestor do FAPEN com a finalidade de analisar e orientar em conjunto as ações constantes no Planejamento Anual do FAPEN.

Capítulo III

DO CONTROLE INTERNO

Art. 23. Fica instituído o Sistema de Controle Interno que fiscalizará o uso eficiente, econômico e regular dos recursos aplicáveis, com a finalidade de garantir os resultados pretendidos, observados os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Parágrafo Único. As atividades, procedimentos operacionais, realização de auditoria e demais normas de controle para operacionalização dos recursos serão regulamentados por Decreto e regimento interno.

Capítulo IV

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 24. Os limites financeiros para operacionalização, aplicação dos recursos, manutenção e funcionamento obedecerão aos seguintes critérios:

I - 75% (setenta e cinco por cento) dos recursos do FAPEN serão destinados às ações de crédito, ações não reembolsáveis e financiamento de pequenos negócios formais ou informais, conforme Art. 5º inc. I da presente Lei.

II - Os 25% (vinte e cinco por cento) remanescentes dos recursos ou receitas do FAPEN serão destinados a utilização de ações vinculadas ao Banco Autazes Empreendedor, que contemplem:

a) despesas relacionadas às atividades operacionais do FAPEN;

b) contratação de pessoa jurídica para implantação e manutenção de programas e desenvolvimento de sistemas;

c) realização de ações de capacitação aos microempreendedores e agentes de crédito;

d) execução de obras, aquisição de equipamentos, aquisição de móveis, aquisição de materiais permanentes, aquisição de materiais de expediente, dentre outros;

e) execução de outras ações e programas, na forma aprovada pelo respectivo Comitê Gestor, dentro de sua finalidade.

Parágrafo Único. Os limites financeiros assentados no *caput* deste artigo, serão coordenados pelo Comitê Gestor do FAPEN e supervisionados pelo Conselho Consultivo dos Pequenos Negócios, de que trata o artigo 22 desta lei.

Art. 25. As ações do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios - FAPEN terão suas dotações orçamentárias apropriadas e consignadas no Orçamento do Município com os fins e ações específicas do Programa Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios - PROMAPEN, que terá sua contabilidade e assessoria jurídica própria e as aplicações de seus recursos ficam sujeitos à prestação de contas, na forma e nos prazos da legislação que disciplina a administração financeira.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. O Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios – FAPEN poderá solicitar apoio institucional técnico dos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal mobilizarão esforços para atender, conforme sua capacidade técnica e de pessoal, às solicitações do FAPEN, realizadas com a antecedência mínima de quinze dias, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos constantes no art. 1º desta Lei.

Art. 27. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Município, para o FAPEN, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado, caso necessário, a proceder à abertura de crédito adicional especial, por meio de Decreto.

Art. 28. Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê Gestor do FAPEN.

Art. 29. O Regimento Interno do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios – FAPEN, será elaborado no prazo de até sessenta dias a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AUTAZES, em: 04 de outubro de 2023.

ANDRESON ADRIANO OLIVEIRA CAVALCANTE

Prefeito de Autazes

Publicado por:
EMANUEL SIQUEIRA DA SILVA FILHO
Código Identificador: LSFWDK5JQ

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 05/10/2023 - Nº 3462. A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: <https://diariomunicipalaam.org.br>